

EIXO 1: POLÍTICA MUNICIPAL

DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	META				Cumprimento (*)	Necessidade de permanecer no novo plano	Comentário
			2018	2019	2020	2021			
1.1: Garantia de acesso à assistência social àqueles que dela necessitarem	1.1.1: Ampliação da cobertura descentralizada da Política Pública de Assistência Social.	a) Implantação de serviços, programas, projetos e benefícios a partir do diagnóstico socioterritorial e de acordo com as demandas específicas dos públicos e territórios.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Houve o cuidado com a correspondência das expansões ao diagnóstico socioterritorial, embora tenha havido mais ocorrência de implantações de ofertas em escala municipal (mais vinculados à PSE), carecendo-se de incrementar o alcance na PSB, com a viabilização de estruturas de atendimento territoriais e maior capilaridade.
		b) Ampliação de unidades e atendimentos da PSB e PSE, com maior capacidade de atendimento nas zonas urbana e rural, assegurando ofertas ainda não disponíveis e insuficientes, como por exemplo: opção de acolhimento para famílias; maior número de residências inclusivas; repúblicas para jovens; centro-dia, aprendizagem para adolescentes com distorção idade-série; inclusão produtiva; bem como incremento daquelas já implantadas, com estruturação e ampliação de alcance.	1	4	3	2	S/P	Sim	A ampliação de unidades se concentrou na PSE, com a instalação de residências inclusivas e repúblicas. No que se refere ao número de atendimentos houve a ampliação de oferta tanto na PSB, quanto na PSE. É importante destacar que, na Aprendizagem, houve redução, tendo em vista a grande crise nacional instalada para esse segmento, que repercutiu na rede local, constituindo em desafio na direção de reordenamento e definição de novas ofertas.
		c) Viabilização de equipes volantes para atendimento a regiões remotas e/ou de difícil acesso à população.	0	0	2	0	N	Avaliar	O fortalecimento da ação do CRAS Rural se deu por meio da contratação de profissionais temporários. Houve a redistribuição territorial das áreas entre os profissionais e o reordenamento das unidades de CREAS, o que alterou a forma de atendimento na Zona Rural. Entretanto, tais iniciativas não se constituíram em implantação da modalidade de equipes volantes.
	1.2.1: Manutenção das condições físicas e estrutura necessária e adequada para a execução dos serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social em nível local.	a) Construção de unidades de atendimento de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, tanto para ampliação do alcance da política de assistência social, quanto para substituição de unidades com estruturas improvisadas e/ou inapropriadas e inadequadas	0	2	1	1	S/P	Sim	Houve a construção de uma unidade de CRAS (para substituição da sede do CRAS Oeste A); de uma unidade de CREAS (no processo de reordenamento, com instalação do CREAS Oeste)
		b) Construção/reforma/ampliação/adequação de unidades de produção e/ou comercialização de produtos e de prestação de serviços da Economia Solidária e Inclusão Produtiva	0	0	1	1	S	Sim	Foram realizadas reformas nas unidades de referência da Inclusão Produtiva.
		c) Reforma/ampliação/adequação de unidades de PSB e PSE	0	2	1	2	S	Sim	Reformas para Abordagem social; CREAS Centro; CREAS Norte; Centro POP;
		d) Viabilização de espaços de múltiplo uso para a utilização pelas equipes da política de assistência social	0	1	1	1	N	Sim	Não houve possibilidade de captação de recursos para essa finalidade, embora tivesse havido a indicação em fichas técnicas enviadas a parlamentares para a destinação de emendas. Ainda persiste a avaliação da necessidade dessas estruturas, especialmente para atendimento aos distritos ruais.
		e) Adequação das estruturas físicas e de equipamentos, conforme as normas de acessibilidade da legislação em vigor	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Nas obras executadas houve a diretriz de cumprimento das normas de acessibilidade. Nos equipamentos ainda não se configurou tal atendimento, havendo a necessidade de se investir nessa direção, com as variadas linguagens e tecnologias assistivas.

f) Viabilização dos equipamentos necessários ao atendimento na PSB e PSE, conforme especificidade dos serviços, territórios e intervenções	2	2	2	2	S	Sim	Houve grande investimento em equipamentos para as unidades, aprimorando as condições de trabalho das equipes. Entretanto, há a necessidade constante desse aprimoramento e de manutenção das condições, com atenção para os equipamentos em geral, os veículos, o mobiliário, aparelhos eletrônicos e elétricos (ex: ar condicionado).
g) Viabilização da estrutura necessária para a realização de atendimentos descentralizados	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Houve a viabilização de notebooks, veículos e internet para algumas unidades, havendo a necessidade de ampliação desse alcance, atualização das tecnologias e viabilização de estruturas físicas e humanas (ex: espaços de múltiplo uso, motoristas etc)
h) Apoio à rede socioassistencial não governamental na aquisição de equipamentos e materiais permanentes	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Houve maior incidência na execução de emendas parlamentares. Há a necessidade de se debater estruturação da rede parceira e novas formas de apoio nessa direção.
a) Aprimoramento das ofertas e adequação das metodologias de atendimento, considerando as diferentes temáticas do SUAS, a heterogeneidade dos usuários e os públicos prioritários	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Foram emitidas notas técnicas, aprimorados os documentos. Estão sendo retomadas as discussões sobre metodologia de trabalho com famílias, referência e contrarreferência na rede socioassistencial, aprimoramentos nos editais de chamamento público para o estabelecimento de parcerias. Faz-se necessária a viabilização de estruturas mais adequadas à realização de trabalhos coletivos e de se proporcionar maior acesso, considerando as barreiras e o alcance; além da formação para o trabalho com as heterogeneidades e diversidades. A pandemia COVID-19 comprometeu o alcance completo dessa proposta, visto ter exigido a priorização de atendimentos emergenciais em alguns momentos.
b) Reordenamento e aprimoramento dos serviços, programas e projetos, conforme normativas em vigência	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Houve a busca em aprimorar as ofertas, por meio de debates mais constantes com a rede, revisões metodológicas, redistribuição territorial, tanto na PSB, quanto na PSE.
c) Produção de orientações técnicas para qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios					S	Sim	Tem sido uma prática na Política de Assistência Social que deve ser mantida e constantemente aprimorada.
d) Atendimento à população indígena e de assentamentos, conforme suas especificidades	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Há a designação de profissionais específicos para referenciar tanto a TI, quanto o assentamento Eli Vive. Faz-se necessário retomar a articulação com o Município de Tamarana, no atendimento à Terra Indígena, uma vez que tem havido o referenciamento da PSB em Londrina e da PSE em Tamarana.
e) Aprimoramento das ações voltadas ao atendimento à população indígena nas ruas, em razão das diversidades culturais que desafiam as equipes técnicas e continuam a indicar a necessidade de investimentos em estrutura na área urbana e capacitações para melhor atendimento na área urbana e na Terra Indígena, fortalecendo o acesso à proteção social aos povos indígenas e às comunidades tradicionais	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Embora haja o atendimento a esse público nas ruas, há a necessidade de retomada das metodologias aplicáveis, da articulação com as lideranças indígenas, com os órgãos de referência do Índio em âmbito nacional e com o município de Tamarana. É necessário retomar a viabilidade da manutenção do espaço da Chácara São Miguel como atualmente está estruturado e referenciado.

1.2: Qualificação e aprimoramento das ofertas da Política de Assistência Social

1.2.2: Garantia do atendimento às especificidades e peculiaridades do público da Política de Assistência Social, bem como dos territórios

f) Fortalecimento do serviço de acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento institucional	10	10	10	10	N	Sim	O serviço de acolhimento familiar está em funcionamento, com famílias cadastradas e crianças/adolescentes acolhidos. Entretanto, faz-se necessário aprimorá-lo, para que de fato se constitua como alternativa ao acolhimento institucional.
g) Garantia de efetivação da Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua, inclusive com ações descentralizadas que atendam áreas periféricas e zona rural e a criação de estruturas que possibilitem espaços de convivência, atendimento e permanência desse público	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Houve ampliação da rede de atendimento à população de rua; no entanto, o número de pessoas nessa condição também cresceu vertiginosamente. Houve relativa aproximação da Abordagem com as unidades territoriais da política de assistência social, buscando estabelecer relação de referência e contrarreferência. Encontra-se em debate a trilha da cidadania. A equipe da Abordagem conta, atualmente, com equipe técnica e espaço exclusivo de funcionamento. Os perfis do público e o grau de desproteção, inclusive afeto a outras políticas, se constituem como grandes desafios.
h) Promoção de maior inclusão das pessoas com deficiência e pessoas idosas nos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Incremento nos serviços de atendimento a esse público na PSB e na PSE - aprimoramento da relação de referência e contrarreferência com as unidades de CRAS e CREAS. Implantadas residências inclusivas. Necessidade de crescimento nas ofertas. O acesso ao BPC, destinado exclusivamente a esse público, foi e vem sendo dificultado, gerando maior desproteção e inviabilizando a inserção nesse benefício.
i) Garantia de pleno funcionamento dos serviços localizados em áreas com a forte presença do tráfico, especialmente no tocante ao seu alcance, tendo em vista dificuldades de acesso da população nas situações em que há disputa de território	100%	100%	100%	100%	S	Sim	A situação de disputa de território não tem se configurado com fator determinante para o funcionamento das unidades e/ou a possibilidade de acesso da população à maioria das ofertas, mesmo que descentralizado. No entanto, esse olhar deve ser uma constante, cuidando-se para que se busquem alternativas caso tal situação se configure.
j) Qualificação do serviço de abordagem social, com ampliação de equipes, horários de atendimento, aprimoramento de metodologias, especialmente para identificação das situações de violação de direitos							
k) Maiores investimentos em acessibilidade, tecnologia assistiva, braille, libras, como forma de tornar o atendimento da rede mais inclusivo	100%	100%	100%	100%	N	Sim	Não houve tais investimentos no período deste plano, havendo a necessidade de se atuar nessa direção, com as variadas linguagens e tecnologias assistivas.
l) Habilitação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS no desenvolvimento da função da política de assistência social voltada à Defesa e Garantia de Direitos	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Não houve tal atuação de forma direcionada; entretanto, tal questão permeia todas as discussões e formas de atuação da política de assistência social. Esse é um dos propósitos do processo de Educação Permanente, em curso.
m) Atendimento a situações de calamidade pública e emergência	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Foi declarada situação de emergência de importância internacional pela infecção humana pelo novo coronavírus - Covid 19, sendo a assistência social declarada política essencial para seu enfrentamento. Foi elaborado e executado Plano de Contingência, com intensa atuação das unidades socioassistenciais, investimento de recursos orçamentários e financeiros, viabilização de ofertas específicas ao atendimento dessa situação e ampliação de benefícios socioassistenciais para atendimento à população que sofreu os impactos da necessidade de isolamento social imposta pela referida situação de emergência. Foram ajustados os planos de trabalho das parcerias, para viabilizar maior integração da rede parceira nas estratégias de enfrentamento à pandemia.

1.2.3: Fortalecimento do trabalho em rede, articulação intersetorial e com o Sistema de Garantia de Direitos	a) Desenvolvimento de ações articuladas entre as unidades da política de assistência social atuantes nos territórios e destas com as políticas públicas	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Tem sido uma diretriz na política municipal, que se traduz na prática dos territórios. Durante o auge da pandemia Covid 19, houve estreitamento da atuação articulada da rede socioassistencial, para atendimento integrado das situações de emergência vivenciadas; verificando-se também tal movimento no que se refere à rede socioassistencial. Grande integração com a política de educação no processo de atendimento voltado à segurança da sobrevivência.
	b) Integração regional e desenvolvimento de processos de gestão que primem pela articulação entre as políticas públicas	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Essa é uma busca constante e que permeia as ações da política. A experiência do trabalho das professoras mediadoras tem sido bastante importante para tal aproximação e aprimoramento. Também as equipes das estratégias de Saúde da Família. Durante o auge da pandemia Covid 19, houve estreitamento da atuação articulada com as políticas de saúde e educação. Faz-se necessário manter a atuação das redes intersetoriais territoriais.
	c) Articulação do trabalho social com famílias com o processo de integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho e outras políticas setoriais e de garantia de direitos	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Essa temática permeia o trabalho das unidades territoriais, sendo um direcionamento do trabalho, embora impactado pela situação de pandemia vivenciada (tanto no que se refere ao atendimento à população, quanto no aumento das situações de exclusão do mercado de trabalho). Buscou-se aprimorar os projetos de inclusão produtiva, havendo a projeção de crescimento das ofertas para o próximo período.
	d) Elaboração de planejamento setorial e intersetorial do processo de acompanhamento familiar	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Isso é feito parcialmente no trabalho em rede, havendo diferenças entre os territórios. Pode-se destacar a articulação com as professoras mediadoras, que tem gerado bons resultados. Entretanto a pandemia comprometeu sobremaneira os processos de acompanhamento, pela exigência de atendimentos emergenciais em grande monta.
	e) Articulação com órgãos e estruturas competentes para assegurar o transporte necessário ao acesso do público aos serviços, programas e projetos da assistência social, em especial os que dependem de cuidados e os que têm baixa mobilidade	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Por ocasião da pandemia, houve aporte de recursos do município junto às empresas de transporte público, mediante contrato de fornecimento de cartões-transporte para atendimento a alguns públicos da assistência social, com ênfase nas crianças e adolescentes do SCFV. Isso ainda está por operacionalizar, embora já esteja à disposição tal recurso.
	f) Articulação metropolitana para desenvolvimento de ações integradas e pactuação de fluxos, especialmente no que se refere ao atendimento ao público em trânsito, migrantes e imigrantes, em situação de rua e indígenas	100%	100%	100%	100%	N	Sim	No período inicial deste plano havia certa articulação, que se perdeu em consequência da pandemia. Há a necessidade de retomada de tais discussões e proposições de atuação integrada, além da participação da esfera estadual nesse processo.
	g) Instituição e regulamentação de fluxos para atendimento às demandas do sistema de justiça, bem como do Sistema de Garantia de Direitos, assegurando ao trabalhador a atuação e produção de informações exclusivamente afetas ao âmbito da assistência social, com cumprimento dos princípios éticos de cada categoria profissional	100%	100%	100%	100%	S	Sim	A portaria de referência e contrarreferência definiu um campo importante para essa relação. Têm sido constantes os debates e as articulações em torno dessa questão. Houve melhor organização do fluxo interno de atendimento às demandas dos órgãos vinculados ao Sistema de Justiça e de garantia de direitos, assim como melhor delimitação do campo de atuação da política de assistência social. Necessário aprimorar as discussões afetas às categorias profissionais.

<p>o objetivo desta política</p> <p>Política de Assistência Social, com garantia da regionalização e territorialização.</p>	<p>h) Ampliação do número de vagas em acolhimento institucional nas diferentes modalidades (para pessoas adultas em situação de rua, mulheres, pessoas com deficiência, idosos...).</p>					S/P	Sim	<p>Houve grande crescimento na rede de acolhimento no município, inclusive com a implantação de novas modalidades, como a Residência Inclusiva e a República. Entretanto, ainda persiste a necessidade de provimento de vagas/unidades de acolhimento para mulheres em situação de rua, o que deve compor o novo planejamento.</p> <p>No acolhimento para pessoas adultas em situação de rua houve o crescimento de 78 vagas, passando-se de 268 para 346.</p>
	<p>i) Desenvolvimento de iniciativas voltadas, para além da atuação protetiva, também à preventiva e proativa na política de assistência social, sobretudo no que tange à violação de direitos.</p>	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	<p>Buscou realizar o trabalho proativo e preventivo através de atendimentos, oficinas, grupos com famílias e na busca do fortalecimento com a rede e serviços. No entanto, esse trabalho foi impactado com a suspensão das atividades coletivas (reuniões com a rede ou com famílias) durante o auge da pandemia.</p> <p>O reordenamento dos CREAS permitiu maior proximidade com a realidade dos territórios.</p>
	<p>j) Ampliação do alcance das ofertas, de forma que sejam cumpridas integralmente as metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS em âmbito municipal, sejam elas da Proteção Social Básica, sejam da Proteção Social Especial, com ampliação do acompanhamento familiar pelo PAIF e PAEFI, aprimoramento metodológico do trabalho social com famílias no acompanhamento e no atendimento emergencial às famílias em situação de pobreza, considerando as especificidades dos territórios, do público e das etnias existentes.</p>	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	<p>O trabalho de acompanhamento familiar realizado foi impactado pelas condições impostas pela pandemia impôs, com suspensão dos atendimentos particularizados e coletivos presenciais e necessidade de priorização pela segurança de sobrevivência.</p> <p>Houve contratação de novos servidores para o reordenamento de CREAS e sua atuação territorial, buscando-se o incremento do trabalho com famílias.</p> <p>Deve-se assegurar no novo plano o fortalecimento da atuação nessa perspectiva, com o devido aprimoramento metodológico e elaboração de planos de trabalho nessa direção.</p>
	<p>k) Fortalecimento dos processos de referência e contrarreferência no atendimento e acompanhamento sociofamiliar.</p>	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	<p>Mesmo em plena pandemia, houve a elaboração da portaria de referência e contrarreferência e, nesse período iniciou-se o processo de reordenamento dessa relação entre as ofertas da Política de Assistência Social. Aconteceram as primeiras oficinas de capacitação das equipes. No entanto, faz-se necessária a continuidade no trabalho de fortalecimento dessa relação e alinhamento desses conceitos entre a PSB e PSE, o que já está na pauta por ocasião do debate territorializado do chamado "COMBO" (referência e contrarreferência; vigilância socioassistencial e educação permanente no SUAS). As condições de trabalho estabelecidas pela pandemia levaram ao enfraquecimento das redes socioassistenciais no trabalho de acompanhamento das famílias uma vez que as equipes foram tomadas pelos atendimentos voltados a garantia da segurança de sobrevivência. Assim, o primeiro passo da proposta do COMBO, após a realização de oficinas territoriais, é a retomada da articulação da rede socioassistencial em todas as regiões.</p>

Destaque

EIXO 3: BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	META				Cumprimento(%)	Necessidade de permanecer no novo plano	Comentário
			2018	2019	2020	2021			
3.1: Ampliação da segurança de sobrevivência e rendimento na assistência social.	3.1.1: Universalização do acesso aos benefícios e de seu potencial de proteção social.	a) Reajuste do valor dos benefícios monetários e de transferência de renda, com garantia de correção inflacionária anual.				25%	S	Sim	Houve ampliação de valores do BEE, com a continuidade do valor de R\$ 182,00, mesmo após a vigência da declaração de calamidade gerada pela pandemia, e do PMTR, que em 2022 passará de R\$ 107,60 para R\$ 250,00.
		b) Ampliação da cobertura dos benefícios e transferência de	2.755				S	Sim	Devido à pandemia houve significativo aumento do número de benefícios socioassistenciais concedidos e a implementação de nova modalidade de operação do BEE – pelo cartão alimentação.
		c) Mudança da concepção do benefício eventual auxílio funeral, de modo que se configure realmente como uma provisão para a família que enfrenta o evento morte, a qual é, muitas vezes, do seu provedor.	100%	100%	100%	100%	N	Sim	Faz-se necessário rever a concepção do benefício para que, de fato, se configure como o atendimento à família que, tendo vivenciado o evento "morte", deverá se reorganizar para o novo contexto, sem a pessoa falecida, que por vezes, é a sua provedora. Necessária articulação com a ACESF para debate do suprimento do sepultamento, que atualmente se constitui o foco do benefício.
		d) Implantação de benefícios que contribuam para a proteção social da população, conforme normativas e doutrinas em vigor.	100%	100%	100%	100%	N	Sim	A pandemia trouxe a necessidade de reforço e de aprimoramento nos benefícios já operacionalizados. É importante deixar essa proposta para o novo plano, tendo em vista a constante necessidade de adaptação e revisão das ofertas à luz das demandas apresentadas.
	3.1.2: Ampliação da capacidade de gestão de benefícios socioassistenciais, bem como aprimoramento das condições para sua concessão, manutenção e custeio.	a) Aprimoramento na gestão do Cadastro Único, de forma que seja reduzido o tempo de espera de agendamento, que sejam asseguradas as inserções e atualizações demandadas (inclusive da população em situação de rua e dos beneficiários do BPC), sem onerar as equipes de PAIF e sem se configurar como demanda principal nas unidades de CRAS, primando pela viabilização de equipes exclusivas para essa atividade.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Foram propostos mutirões diversos, atendimentos em finais de semana e também pela via telefônica, a fim de facilitar o acesso da população. Foram estabelecidos pontos de atendimento em locais diferentes das unidades de CRAS, com equipes exclusivas para essa atividade. A nova legislação para o Cadastro Único deve trazer impactos a sua operacionalização, havendo a necessidade de atentar para as novas exigências.
		b) Manutenção da estrutura de cadastramento, concessão e de gestão dos benefícios.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	idem anterior
		c) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes					S	Sim	Houve a aquisição de itens identificados como prioritários, especialmente computadores e notebooks. Necessário manter capacidade operacional instalada em todas as unidades que atuam com a concessão de benefícios.
		d) Viabilização de condições de acesso dos usuários ao cadastro único e benefícios	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Implantação do agendamento online para atualização de Cadastro Único, assim como realização de mutirões e atendimentos em finais de semana. No que tange ao acesso a benefícios, a mudança do Bolsa Família para o Auxílio Brasil tem trazido dificuldades na compreensão das condições de acesso, o que também se verifica no que se refere ao Cartão Comida Boa.

EIXO 4: PROGRAMAS E PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	META				Cumprimento(%)	Necessidade de permanecer no novo plano	Comentário
			2018	2019	2020	2021			
4.1: Garantia do desenvolvimento de programas socioassistenciais e de projetos de enfrentamento à pobreza no Município de Londrina	4.1.1: Manutenção dos programas e projetos já instalados no Município	a) Manutenção da continuidade das atividades do Programa BPC na Escola.	100%	100%	100%	100%	N	Sim	Embora o município continue participe desse programa, não tem operacionalizado a proposta, o que sofreu impacto também da situação de pandemia instalada. Faz-se necessário retomar o desenvolvimento desse programa.
		b) Ampliação do alcance e das iniciativas afetas ao Programa Municipal de Economia Solidária e da Inclusão Produtiva.					S/P	Sim	Buscou-se aprimorar os projetos de inclusão produtiva, havendo a projeção de crescimento das ofertas para o próximo período, tendo em vista a crescente demanda identificada no município. Essa estratégia deve ser parte do novo plano, com proposição de crescimento/aprimoramento das ofertas.
		c) Identificação e cadastramento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, intensificando a gestão e as estratégias de prevenção e enfrentamento a essa questão.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Os CREAS descentralizados têm se aproximado da realidade dos territórios. No que se refere à ocorrência de trabalho infantil, essa proximidade tem permitido atuação mais direta. A Abordagem Social construiu um plano de trabalho específico para atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e em trabalho infantil. A fiscalização exercida pelo Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho não se tem configurado com constante, o que prejudica a identificação das demandas.
		d) Desenvolvimento do ACESSUAS Trabalho.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Houve a realização de parte do programa em parceria com OSC, porém tal processo foi revestido de grandes dificuldades, tendo inclusive sofrido o impacto da pandemia. A parceria foi extinta e, a proposta é articular esse programa federal com os projetos de inclusão produtiva e de qualificação para adolescentes.
	4.1.2: Implantação de programas complementares	a) Garantia de viabilização de programas que contribuam para o aprimoramento dos serviços e dos benefícios socioassistenciais desenvolvidos no Município.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Houve a implantação do programa de arte-educação, do programa de migração e refúgio no período deste plano, em decorrência de avaliações de necessidade de incremento das ações. Para o próximo, deve-se dar continuidade, assim como implantar programas de qualificação da oferta PAIF.

EIXO 5: CONTROLE E PARTICIPAÇÃO

DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	META				Cumprimento(f)	Necessidade de permanecer no novo	Comentário
			2018	2019	2020	2021			
5.1: Aprimoramento da democratização da Política de Assistência Social, primando pela participação, transparência e pelo controle social, assegurando condições que o permitam, bem como a garantia do funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.	5.1.1: Fomento ao exercício do controle social e à participação na gestão da política pública de Assistência Social.	a) Reuniões descentralizadas do CMAS em áreas urbanas e rurais.	2	2	2	2	N	Avaliar com o CMAS	As tentativas de realização descentralizada foram frustradas. Houve a definição de calendário, inclusive para ocorrerem na Zona Rural, porém a pandemia interrompeu esse processo, pela imposição de reuniões "on line "
		b) Realização de conferências municipais, pré-conferências e audiências públicas.					S	Sim	Realização das conferências – 2019 e 2021, sendo em 2021 de maneira híbrida, com resultados muito ricos. Houve a realização da Conferência Municipal de Assistência Social com alto grau de mobilização e participação, especialmente dos usuários da política, em todos os seus estágios, desde as pré-conferências até os momentos de plenária. Pode-se avaliar que, mesmo diante de cenário tão adverso, os resultados do processo conferencial foram extremamente significativos, resultando em um relatório com conteúdo imprescindível que deve pautar as ações, tanto do conselho, quanto da secretaria municipal nos próximos anos. Em relação à Audiência Pública, foram realizadas em todos os anos, com exceção de 2021. No ano de 2020 esta se deu no formato remoto, porém seus resultados foram bastante significativos, especialmente no quesito participação.
		c) Ampliação da participação de usuários e trabalhadores do SUAS no CMAS.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Tem havido trabalho da comissão de capacitação do CMAS junto à representação dos usuários, com a proposta de calendário de reuniões sistemáticas. É preciso dar continuidade a processos dessa natureza, que favoreçam a ampliação da participação e representatividade do segmento. Houve dificuldade de representação do segmento dos trabalhadores. Necessidade de avaliação e busca de alternativas.
		d) Fortalecimento e ampliação de espaços democráticos de discussão e participação da população, para que possa se expressar e obter informações sobre os direitos socioassistenciais e as ofertas da política de assistência social.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	A retomada do acompanhamento familiar, das oficinas e dos processos de acolhida, permitirá fortalecer e ampliar as ações nessa perspectiva. É necessário propor formas inovadoras de atuação e estratégias para a rede e conselho nessa direção.
		e) Garantia de espaços para articulação e exercício do controle social, em suas diversas expressões, primando pela potencialização e articulação do CMAS com sua rede, os usuários da política, outras instâncias de participação e outros conselhos setoriais e de garantia de direitos.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	O CMAS primou pela manutenção das reuniões, mesmo durante a pandemia COVID-19. Realizou as conferências municipais de assistência social nos anos de 2019 e 2021, além de audiências públicas para apresentação da rede socioassistencial inscrita nos anos de 2018, 2019 e 2020. Houve alguns debates em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere ao atendimento à pandemia e a processos de adesão a repasses do FIA cuja operacionalização se efetiva na assistência social. Houve mudança na legislação do conselho para alterar a forma de participação dos trabalhadores do SUAS, permitindo maior abertura na representação desse segmento. Também se iniciou processo de formação e de articulação continuada dos representantes de usuários.

5.1.2: Garantia das condições necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.	a) Aquisição de equipamentos e materiais necessários ao funcionamento e cumprimento das funções do CMAS.					S/P	Sim	Tem havido a manutenção da Secretaria Executiva do Conselho, com o fornecimento dos materiais necessários ao seu funcionamento. O conselho conta com equipamentos de informática e mobiliário em sua secretaria executiva. Foi instalado na nova sede da SMAS, em espaço exclusivo, não mais compartilhado com o CMDCA.
	b) Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social e suas atividades, com garantia de estrutura e meios para que os conselheiros exerçam seu papel.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Houve o fortalecimento da estrutura da SE do CMAS.
	c) Manutenção da Secretaria Executiva do CMAS e garantia de apoio técnico às atividades do conselho.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Houve essa garantia e o fortalecimento acima mencionado.
	d) Realização de processos de capacitação para conselheiros municipais de assistência social.					S	Sim	Os conselheiros foram inseridos como público do Plano de Educação Permanente, o qual foi iniciado e deve ser desenvolvido mais abrangentemente no decorrer do novo plano.
5.1.3: Democratização da gestão da política de assistência social e implementação da participação nos processos decisórios.	a) Garantia da gestão democrática em todas as unidades da política de assistência social.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	É princípio da política de assistência social a participação da população. Essa orientação permeia a atuação e os processos formativos em todos os espaços desta área, havendo, entretanto, constante necessidade de aprimoramento e busca de novas estratégias que favoreçam e fortaleçam a gestão democrática como grande marca e pilar inegociável.
	b) Implementação e manutenção de espaços e canais de feedback nos serviços, para ouvir sugestões e efetuar mudanças necessárias, e criação de ouvidorias de referência para os serviços governamentais e não governamentais.					S/P	Sim	Tem-se utilizado a Ouvidoria do Município como referência para a população. No processo de gestão das parcerias foram desencadeadas pesquisas de satisfação junto aos usuários como forma de avaliar a qualidade das ofertas. É preciso aprimorar esses canais.
	c) Criação e implementação de espaços democráticos de participação dos usuários que viabilizem mecanismos que permitam seu envolvimento nos processos de gestão da política de assistência social, suas ofertas, suas redes e seu controle.					N	Sim	A pandemia prejudicou os processos coletivos e, conseqüentemente, a realização desta estratégia. Embora tenha havido as iniciativas acima descritas, não foram configurados espaços permanentes de participação dos usuários nas unidades. Mesmo assim, a realização das pré-conferências representou importante oportunidade de expressão, tendo havido intensa participação.

EIXO 6: GESTÃO

DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	META				Cumprimento(%)	Necessidade de permanecer no novo	Comentário
			2018	2019	2020	2021			
		a) Garantia da manutenção e aprimoramento das estruturas de gestão e atendimento instaladas e das áreas essenciais e estratégicas ainda não formalizadas que vierem a ser implantadas	100%	100%	100%	100%	S	Sim	As estruturas de gestão e atendimento da política de assistência social do município foram mantidas e têm passado por constantes processos de aprimoramento. No caso do atendimento, houve expansão em várias ofertas, conforme já exposto. Especificamente no que tange à gestão, embora tenham sido traçadas metas e proposições na direção da Vigilância Socioassistencial e da Educação Permanente, ainda se faz necessário que tais áreas estejam expressas formalmente na organização da política de assistência social local.
		b) Aprimoramento das parcerias com as entidades de assistência social	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Ampliação da participação do financiamento público no custo das ofertas providas por meio de parcerias. Vem sendo uma constante o processo de aprimoramento da gestão das parcerias, buscando a integração do que a Lei 13.019/2014 traz em relação aos pressupostos da Lei 12.435/2011 (SUAS). É, também, constante, o movimento voltado a aprimorar os editais de chamamento público, de modo a qualificar a prestação das ofertas em parceria desde sua concepção.

6.1.1: Manutenção das condições necessárias à gestão da política de assistência social em nível local, com a viabilização de reordenamentos e aprimoramentos necessários.

c) Regulação e construção de parâmetros, fluxos e protocolos unificados na rede e na gestão, inclusive na gestão de pessoas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aprimoramento dos fluxos já existentes, a exemplo do relativo à notificação de violências e violações de direitos	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Um dos pilares da gestão na política de assistência social em Londrina tem sido o fortalecimento da atuação em rede das ofertas socioassistenciais. Foi elaborada e vem sendo amplamente discutida a Portaria de Referência e Contrarreferência na rede socioassistencial, buscando-se definir fluxos e estabelecer protocolos. A proposta é que tais fluxos e protocolos também expressem as especificidades territoriais e as necessidades próprias da relação com algumas ofertas com escala de atuação mais abrangente.
d) Aprimoramento do processo de comunicação da política de assistência social, com a implantação de um plano específico para tal, canais diferenciados para divulgação das informações fundamentais acerca desta política, seu financiamento, ações desenvolvidas, direitos socioassistenciais e canais de denúncias, com linguagem direta, acessível e democrática	100%	100%	100%	100%	N	Sim	Embora tenha ocorrido a preocupação com a divulgação das ações realizadas na área, faz-se necessário o planejamento e a efetiva implantação de processo de comunicação que prime pela linguagem e pela disseminação das informações desta política. Algumas iniciativas em andamento contribuirão para esse objetivo, a exemplo das informações que vêm sendo disponibilizadas na página da SMAS, dos boletins em elaboração e dos materiais disponibilizados. Entretanto, as falhas na comunicação vêm sendo tema frequente dos debates quanto a nós e proposições para aprimoramento nesta área.
e) Aprimoramento constante do sistema IRSAS, inclusive para atendimento a questões de gestão da política de assistência social de maneira mais global	100%	100%	100%	100%	S	Sim	É uma constante o processo de aprimoramento e de revisões do sistema IRSAS para melhor atendimento aos processos de trabalho e metodologias implementados na rede. A discussão quanto às necessidades de gestão e de constantes respostas do sistema é frequente e vem pautando o desenvolvimento de novas funcionalidades. Exemplo disso é a gestão de benefícios, cuja operacionalização tem-se dado com importante uso desse sistema. Encontram-se em funcionamento comissões permanentes de discussões do aprimoramento do sistema para atender diversas especificidades de ofertas. Há a necessidade de continuidade desse processo e da busca de novas funcionalidades do sistema, como ação continuada, inclusive para o desenvolvimento de ferramentas que favoreçam, cada vez, mais a vigilância socioassistencial e os processos de gestão.
f) Criação de índices de desenvolvimento municipais para as ofertas da política de assistência social	100%	100%	100%	100%	N	Sim	Esse é um dos propósitos ainda não alcançados. No novo plano deve constar a revisão do Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, com a organização de uma matriz voltada a essas atividades de gestão. A partir dessa matriz, com a definição das grandes dimensões para orientar o monitoramento e a avaliação, será possível estabelecer os índices que compõem a estratégia.

6.1: Garantia da efetivação da gestão do SUAS no Município de Londrina e de sua constante qualificação.

g) Promoção de processos de qualificação constante das ofertas da política de assistência social em âmbito local					S	Sim	Esse processo pauta constantemente a política municipal, que tem passado por reordenamentos e revisões de práticas e metodologias. Se configura como processo continuado e, assim, deve constar no novo plano e continuar a pautar a área para seu aprimoramento e constante qualificação.
h) Revisão do sistema municipal de monitoramento e avaliação	100%	100%	100%	100%	N	Sim	Como mencionado acima, esse é um dos propósitos ainda não alcançados. No novo plano deve constar novamente a revisão do Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, com a organização de uma matriz voltada a essas atividades de gestão. Esse novo plano deve pautar a rede da política de responsabilidade direta da SMAS e a parceira, orientando os editais de chamamento público e, ainda, os processos de inscrição no CMAS.
i) Manutenção periódica do diagnóstico socioterritorial atualizado	100%	100%	100%	100%	S	Sim	No desenvolvimento da função de Vigilância Socioassistencial têm sido elaborados diagnósticos socioterritoriais. Houve um primeiro em 2019, que foi atualizado em 2020 e 2021 e vem passando por nova atualização para compor este plano e orientar as decisões das equipes de gestão e das ofertas. A VS compõe o combo como um dos pilares para o trabalho em rede nos territórios.
j) Promoção de campanhas relativas à política de assistência social					N	Avaliar	Não houve promoção de campanhas vinculadas à assistência social no período deste plano. Faz-se necessário avaliar a pertinência de tal ação e, assim, decidir sobre sua inserção no novo plano.
k) Edição de periódicos, impressos e material gráfico afetos à assistência social					S	Sim	Encontram-se em elaboração o Boletim, os guias de serviços e os folders. Publicações efetivadas: sumário executivo do PMAS, página da VS, plano de trabalho dos CREAS, Centro POP e Abordagem (estes últimos em processo de finalização); Normas técnicas; Plano de Contingência;
a) Qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, com elaboração e execução de um Plano de Educação Permanente que assegure formações continuadas, programadas de acordo com as demandas apresentadas pela rede governamental e não governamental.					S	Sim	Designação de servidora para execução do Plano de Educação Permanente
b) Habilitação do quadro de recursos humanos ao atendimento de públicos específicos.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Esta questão foi inserida no plano de educação permanente, tendo inclusive sido propostos temas afetos para processos formativos junto à Universidade Estadual de Londrina.
c) Garantia do provimento de servidores em quantidade e diversidade suficientes aos atendimentos prestados, conforme normativas em vigor, especificidades territoriais e finalidade das ofertas, assim como para as ações voltadas à gestão e ao controle.					S/P	Sim	Houve contratações temporárias e reposições de servidores. Ainda se faz necessário manter essa estratégia, tendo em vista o crescimento das demandas postas a esta política.

6.1.2: Elaboração e execução de política de gestão do trabalho para a Política de Assistência Social	d) Implantação da supervisão técnica e orientação continuada aos trabalhadores do SUAS, como estratégia de educação permanente, qualificação do atendimento à população e suporte do trabalho técnico.					S	Sim	Tem havido grande ênfase no processo de supervisão, com constantes abordagens com as mais variadas equipes e grupos coordenadores. A supervisão vem sendo debatida no Núcleo Estratégico de Gestão do SUAS, criado para organizar as temáticas frente ao combo proposto para a atuação nos territórios. Também deverá ser objeto de processo de consultoria em análise.
	e) Valorização e cuidado com os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, com estabelecimento de parâmetros pelo CMAS que garantam melhores condições de trabalho, salariais e igualdade de condições entre os governamentais e os não governamentais.					N	Sim	Esta proposição carece de desencadeamento no âmbito da gestão do trabalho no SUAS, para posterior regulação pelo CMAS.
	f) Implantação de programa de prevenção de processos de adoecimento no trabalho, com propostas que visem a saúde física e mental do trabalhador e da trabalhadora do SUAS, considerando as particularidades dos serviços, nas redes governamental e não governamental.					N	Sim	Esta proposição carece de desencadeamento no âmbito da gestão do trabalho no SUAS, para posterior regulação pelo CMAS.
	g) Realização de eventos de capacitação integrados entre a rede governamental e não governamental.					S	Sim	Têm sido constantes os processos formativos, os quais têm como diretriz a integração entre as redes governamental e não governamental. Tal direcionamento também está no processo do combo, havendo propostas já em andamento no âmbito da Educação Permanente. Isso deve ser pautado para o novo plano com destaque.
6.1.3: Estruturação do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social	a) Aprimoramento da estrutura da SMAS, com instituição formal na gestão da política das áreas essenciais indicadas pela NOB SUAS/2012, a exemplo da Vigilância Socioassistencial e da Gestão do Trabalho, além da Regulação do SUAS em âmbito municipal, dotando-as das condições e recursos necessários ao alcance de seus objetivos e desenvolvimento de suas atribuições.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Como já mencionado acima, as estruturas de gestão da política de assistência social do município foram mantidas e têm passado por constantes processos de aprimoramento. Especificamente no que tange à gestão, foram promovidos aprimoramentos no âmbito da Gestão Administrativa e Financeira, com a elaboração de novo regimento interno e de reordenamento da diretoria afeta. No caso da Gestão do SUAS, embora tenham sido traçadas metas e proposições na direção da Vigilância Socioassistencial, da Educação Permanente e da Regulação, ainda se faz necessário que tais áreas estejam expressas formalmente na organização da política de assistência social local.
	b) Garantia das condições necessárias à gestão e coordenação da política de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Tem sido um movimento constante esta busca de condições, devendo ser mantida essa perspectiva também no novo plano.
	c) Garantia do comando único da política de assistência social no Município de Londrina.	100%	100%	100%	100%	S/P	Sim	Vem sendo enfatizado o sentido do comando único na política de assistência social, no que se refere às referências, à coordenação da política, à identidade e à unidade em torno do SUAS. Ainda há que se debater, entretanto, a prestação de serviços tipificados vinculados a outras secretarias municipais, que não a de assistência social.
	d) Viabilização de sede própria para a Secretaria Municipal de Assistência Social, adequada às necessidades da gestão e do controle social desta política, de modo que os valores atualmente utilizados para o pagamento de aluguel possam ser revertidos em ofertas da assistência social diretamente à população.					S	Não	Mudança de sede realizada para espaço público devidamente reformado para atender às necessidades de gestão da SMAS. Também o CMAS conta com espaço nessa nova estrutura para funcionamento de sua secretaria executiva.
	e) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a gestão da política e seu aprimoramento.					S	Sim	Tem sido um movimento constante esta busca de condições, devendo ser mantida essa perspectiva também no novo plano.

6.2: Incremento do financiamento da política de assistência social.	6.2.1: Manutenção das condições orçamentárias e financeiras necessárias às ofertas, gestão e controle social da política municipal de assistência social.	a) Viabilização das condições necessárias à ampliação, manutenção e pleno funcionamento das ofertas socioassistenciais no Município de Londrina.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Como já apresentado anteriormente, além da manutenção das ofertas da política, foram efetivadas ampliações, motivadas pela leitura das demandas e análises quanto às necessidades de atendimento. Essa busca continua na pauta, sendo necessário constantemente aprimorar o orçamento destinado a esta área de modo a assegurar movimento de constante resposta e ampliação da cobertura, além do acompanhamento do processo inflacionário, especialmente no que se refere aos custos das ofertas e valores dos benefícios.
		b) Garantia da manutenção diária das atividades de gestão, controle e atendimento da política de assistência social.					S	Sim	A constante vigilância das condições de manutenção das atividades é imperativa e vem sendo uma prática na política de assistência social, devendo permanecer presente no novo plano, tanto para assegurar continuidade, quanto ampliações.
		c) Aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos à rede socioassistencial parceira.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Têm sido discutidos custos das ofertas, especificidades territoriais e de natureza do atendimento, como forma de orientar cada vez mais o processo de financiamento. Os novos editais de chamamento público, elaborados à luz da lei 13.019/2014, também têm oportunizado adequações e avaliações que orientam as novas propostas de partilha dos recursos. Importante debater a consideração do recebimento de recursos oriundos de emendas parlamentares diretamente destinadas a determinadas organizações no escopo das discussões dos critérios de partilha junto à rede socioassistencial parceira. Também o financiamento indireto e as condições efetivas de <u>atendimento</u> .
		d) Revisão dos valores de financiamento da rede de serviços não governamentais, com garantia de viabilização de cofinanciamento dos serviços, programas e projetos de PSB e PSE com base na aferição de custo, assegurando atualização periódica dos valores e correção inflacionária.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Têm sido discutidos custos das ofertas, especificidades territoriais e de natureza do atendimento, como forma de orientar cada vez mais o processo de financiamento. A correção inflacionária tem sido garantida. Foi possível assegurar maior aproximação do custo na rede de acolhimento, em que se pratica o mínimo de 85% de cobertura do custo médio com o financiamento público. Houve equiparação dos valores praticados na oferta de SCFV urbana, com ampliação do valor de referência praticado. No caso dos benefícios, além de se assegurar a correção inflacionária, houve ampliação dos valores, tanto no eventuais, quanto nos de transferência de renda. Tal movimento tem sido debate constante no âmbito da Política de Assistência Social e deve ser mantido no novo plano.
		e) Articulação permanente com órgãos financiadores governamentais e não governamentais a fim de viabilizar a captação de recursos para a política de assistência social em nível local.	100%	100%	100%	100%	S	Sim	Esta atividade está incorporada no processo de gestão da política de assistência social. Faz-se necessário estabelecer novos parâmetros de relação com os parlamentares para a destinação de emendas. O cofinanciamento federal tem sido gradualmente reduzido, não havendo a garantia da efetiva participação dessa esfera no cofinanciamento da rede, nem ao menos o cumprimento dos pactos firmados.

(*) Sim: S
Não: N
Integral: I
Parcial: P